

A ANATOMIA DE UM CRIME DE LESA PÁTRIA (PRIVATIZAÇÃO)

Prof. Sérgio Augusto Pereira de Borja

A Terra de Santa Cruz, sob o regime das capitanias e donatários, nasceu como um grande arquipélago. Como Reino Unido a Portugal e Algarves encontrou uma fórmula que possibilitou a sua sobrevivência não permitindo que se estilhaçasse como os Vice-Reinados espanhóis do México, Nova Granada e do Prata, em miríades de repúblicas, a pesar dos sonhos de Miranda, San Martín e Simón Bolívar. A família real de D. João VI, fugindo das forças napoleônicas chefiadas por Junot trasladou-se para o Brasil numa frota inglesa comandada pelo Almirante Sir Sidney Smith e aqui chegando abriu os portos "as nações amigas" (leia-se Inglaterra e suas possessões). A mesma influência revolucionária republicana que causou a queda de Fernando VII e os movimentos de independência das colônias espanholas, vai também, a partir da revolução do Porto, em 1820, uma revolução constitucionalista, fazer com que ocorra a eclosão da independência do Brasil, mas concomitantemente, vai causar a explosão de uma série de revoluções republicanas em cada ilha do ex-arquipélago colonial, já nesse momento imperial. Assim é que temos várias revoluções separatistas de cunho republicano: a do Equador, Cabanagem, Sabinada, Balaiada, Farrópilha, etc.. O Império como força de coesão, que se expressava através de um poder central e como estado unitário na constituição de 1824, sobrevive a tudo e vai legar esta herança à República. Esta, proclamada, na constituição de 1891, sufragou através de um federalismo centrífugo, corroborado no que se convencionou chamar de política dos governadores, esta condição insular básica de isolamento: o arquipélago.

Foi na revolução de 1930, na queda da República Velha, com Getúlio Vargas, por influência de seu suporte militar oriundo de Coluna Prestes, que se iniciou o processo de aglutinação e fortificação do Estado Nacional. Getúlio Vargas chamou para seu governo, com exceção de Luís Carlos Prestes, todos os remanescentes da coluna como: Juarez Távora, Cordeiro de Farias, João Alberto Lins de Barros, Miguel Costa, Djalma Dutra e Siqueira de Campos, entre outros. Juarez Távora, sob o regime de 30 e 37 cognominado o Vice-Rei do Nordeste, com sua concepção unitarista de estado é que vai ter uma influência na formação do tenentismo e da doutrina de segurança nacional inclusive com sua participação, juntamente com Cordeiro de Farias, da revolução de 1964. (A Coluna Prestes - Macaulay - Difel - fls. 144 e Brasil de Getúlio a Castelo - Skidmore - fls 23 - Paz e Terra) Assim é que na Escola Superior de Guerra, ESG, forma-se um reduto político e ideológico, onde além dos dois militares supra citados, participavam entre outros, Golbery do Couto e Silva, os irmãos Geisel, Aurélio Lira Tavares, Jurandir B. Mamede, Belfort Bethlem, entre outros... (1964 - A Conquista do Estado - Dreifuss - Vozes - fls. 78) O planejamento nacional com o fortalecimento de seu potencial, vai encontrar toda a sua expressão na influência de Golbery, tido como a eminência parda do regime de 1964, que teve um papel análogo a Góes Monteiro sob o Estado Novo. (Planejamento Estratégico - Golbery do Couto e Silva - fls. 105 - Ed. Fundação UNB).

Com a edição do Decreto-Lei nº 200 de 25.02.1967, que regulamenta a Reforma Administrativa, cria-se um mecanismo jurídico que permite a reestruturação do Estado e juntamente com o Ato Complementar nº 43, de 29 de janeiro de 1969, inicia-se a construção e fortificação do mesmo, sob a influência destas doutrinas nacionalistas. Esta última norma é que vai determinar a elaboração de Planos Nacionais de Desenvolvimento, de duração quadrienal, para formatação do Estado Nacional. Na esteira dela vieram o Ato Complementar nº 76, de 21 de outubro de 1969 e ainda a Lei 6.151 de 4.12.1974 que dispõem sobre o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) onde são traçadas as diretrizes para a expansão do estado, já sob o impacto da crise petrolífera. Assim é que com uma alta receita tributária de mais ou menos 26% do PIB, sendo dedicados 4,08% para formação de capital fixo, nos períodos 1970-74 e 1975-79 (Crise do Estado e Retomada do Desenvolvimento - Ed. José Olympio - fls 123/124), prossegue-se na construção da chamada Administração Indireta, terminologia utilizada pelo Dec. 200.

Sob a égide dos princípios contidos nas normas em epígrafe é que o Estado Nacional passou a expandir-se, em função dos objetivos considerados de segurança nacional, desenvolvendo sua infraestrutura, viária, ferroviária, portuária, e notadamente o setor de base estratégico, tais como siderurgia, químico e petroquímico, elétrico e de fertilizantes e, que nos dias de hoje, é objeto da chamada "Privatização" (leia-se internacionalização), para superar a herança colonial, imperial e da velha república, que o relegavam a condição de mero arquipélago político-administrativo, para, detectando a sua funcionalidade como estado, no concerto da geopolítica das nações pudesse, como sistema institucional, alavancar o seu desenvolvimento, possuindo maior poder de coesão através do planejamento estratégico. Sob determinados aspectos podemos afirmar que para efeitos de construção e consolidação do estado nacional brasileiro, a revolução de 30, o Estado Novo, a Revolução de 1964 e os governos militares, guardadas as proporções, as distorções, as injunções históricas e as personagens, são como que uma continuação ou uma sequência do mesmo objetivo: A construção do Estado Nacional. Se para a Teoria Geral do Estado, o estado é ordem jurídica soberana que tem por fim o bem comum de um povo sobre um determinado território, a matriz da ideologia nacionalista, malgrado as dissensões entre a esquerda, a direita e o centro, se é que ainda podemos utilizar estas nomenclaturas, no que era e ainda é consenso, buscava através do planejamento estratégico a superação daquela condição de arquipélago, que Eduardo Galeano em *Las venas abiertas de América Latina*, traduziu com a expressão de que **"cualquiera de las corporaciones multinacionales opera con mayor coherencia y sentido de unidad que este conjunto de islas que es América Latina"** (Siglo Veintiuno - fls. 407) Assim é, que superando os ciclos econômicos a que a economia estava adstrita por razões de mercado, do pau-brasil, do ouro, do açúcar, do café, o Brasil, em razão da construção nacionalista de uma indústria de base e de uma nova visão dominante geo-política, através do planejamento macro-econômico estratégico, passa a fazer parte de um pequeno clube de países, com uma produção de mercadorias de alto valor agregado, mudando o seu tradicional perfil exportador de *commodities*. O que foi feito nos Estados Unidos, em 5 de dezembro de 1791, através de Alexander Hamilton, que apresentou perante a Câmara dos Deputados o seu "Relatório sobre as manufaturas", ou seja, um programa estratégico para o desenvolvimento e a industrialização americana, o que potenciou para futuro seu progresso, o Brasil foi desenvolver tardiamente, a sua vez e ao seu modo.

Sob os parâmetros econômicos adotados pelo planejamento estratégico do Estado Nacional, aliado a conjuntura internacional favorável, foi que o Brasil entre os anos de 1950 a 1980, teve um crescimento de seu PIB na ordem de 7% ao ano, sendo que no

período do "milagre brasileiro", de 1968 a 1973, o PIB teve uma expansão na ordem de 11% ano ano. A partir de 1980 é que vamos verificar o início da chamada década perdida, pois no período de 1980 até 1987, vamos ter um crescimento de 2,8% do PIB, anuais. Não se pode no entanto relevar os fatores conjunturais externos pois o Brasil enfrentava o segundo choque do petróleo e a escalada dos juros internacionais entre 1979 e 1980, tendo o governo, optado por uma recessão preventiva nos anos de 1981-82, para evitar uma crise cambial. Depois da crise do México, em 1982, o Brasil enfrentou a maior recessão dos últimos 50 anos em 1983, depois de ter assinado junto ao FMI, um acordo tecnicamente inepto. (ODesequilíbrio Financeiro do Estado - Mário Henrique Simonsen - fls.80 - Crise do Estado). Nesta razão, os resultados financeiros do setor público brasileiro, que nas duas décadas anteriores haviam sido altamente positivos, passam a declinar significativamente a partir de 1980 causando uma reversão profunda nas expectativas. Até este ano, as receitas tributárias tinham propiciado, deduzidas as "transferências", tinham apresentado resultados positivos, que facultavam receitas para cobrir as despesas correntes com salários, encargos sociais, compra de serviços e bens e encargos financeiros, propiciando inclusive investimentos. Esta situação reverte-se a partir de 1980 e notadamente a partir de 1985, torna-se amplamente deficitária. Houve, a partir desta data, uma queda nas receitas líquidas, mas também, significativamente, uma elevação das despesas correntes referentes a financeiras e de pessoal.(O problema da despesa do setor público - Doellinger - opus citae - fls. 134/135)

Fator de alta relevância para detectar o sucateamento do setor estatal é a constatação da política perniciosa de contenção de preços dos bens e serviços ofertados pelas empresas estatais, pois no período de 1980 a 1985, houve uma defasagem acumulada em seus preços (definidas estas como a relação entre o índice acumulado de reajustes médios setoriais e o índice acumulado da inflação) que ficaram na ordem de 15,6% no setor da energia elétrica, 20,9% nos serviços portuários, 38,9% nos transportes ferroviários de cargas, 39,6% no setor de aços planos, 52,4% no de derivados de petróleo e 64,7% no de telecomunicações. Nesta razão, segundo estimativas oficiais, o setor das empresas estatais, agravando sua situação, transferiu para o setor privado, usuários e consumidores básicos dos serviços e bens prestados pelas estatais no período, a importância aproximada de US\$4,2 (bilhões). O governo, esfacelando o sistema de empresas estatais, demagógicamente, "combatia" a inflação a custo da violenta compressão das tarifas públicas, ocasionado com isto, somado ao elevado custo financeiro, a gênese do processo de endividamento do setor estatal. (Empresas Estatais - Nilson Holanda - o.c. fls. 160)

Nesta diapasão a situação financeira das 21 maiores empresas do setor produtivo estatal, em 1986, apresentava o número relevante, entre elas, de dez que apresentavam prejuízos. Seis eram do setor siderúrgico, duas do setor elétrico (Itaipu Binacional e Centrais Elétricas do Norte (Eletronorte), completando-se o grupo com a Nuclebrás e a CBTU. A Eletrobrás embora com um endividamento de 59%, apresentava uma rentabilidade de 5,0%; a Petrobrás, respectivamente, 39% de dívida e 23,1% de rentabilidade; a RFFSA 27% de dívidas e 2,0% de rentabilidade; a CVRD (Companhia do Vale do Rio Doce) 49% de endividamento e ainda 7,0% de rentabilidade.(Nilson Holanda - o.c.fls.162) Ultimamente, por exemplo, a Cia. Vale do Rio Doce, conforme o Bovespa, possuía a rentabilidade "obtida sobre o patrimônio investido que não ultrapassa 2% ao ano"(informação do Bovespa in <http://www.bovespa.com.br/bvcamp05.htm>). Ali naquele site, a venda da estatal é justificada, além de outros argumentos, com este. Da mesma forma Bob Fields (Roberto Campos) em artigo intitulado "O escândalo da Vale...", publicado em ZH de 20.04.1997, opinia, afirmava da mesma forma, argumentando em prol da sua alienação, que "o capital empregado rendeu nos últimos cinco anos, exaustivamente analisados pelo BNDES, apenas 1,7% ao ano, ou seja, menos de um terço da caderneta de poupança." Ora, ambas as argumentações sonegam ao leitor um dado internacional de que "a taxa de crescimento, descontada a inflação, das maiores corporações do planeta vem arrastando-se em desprezíveis 1 a 2% ao ano.(Larry C.Farrell - Entrepreneurship - fls. 20 - Atlas) Constata-se mais, que se estas empresas, entre as 500 maiores dos EUA, possuíam uma rentabilidade de 7,5% na década de 60 e 5,1% na década de 70, já na década de 80, algumas, entre as 500 maiores, atingiram o quociente negativo de -0,4%.(Larry C.Farrel - opus citae - fls. 21). Corroborar-se assim, um desequilíbrio das grandes empresas, não localizado somente a nível de Brasil, mas em todo o mundo e notadamente nos Estados Unidos da América.

O processo de agravamento do Estado Nacional e suas empresas, evidencia-se ainda mais sob o influxo do processo de globalização crescente, caracterizado por uma forte aceleração de mudanças tecnológicas, caracterizadas pela intensa difusão de inovações telemáticas e de informática, pela emergência de novos padrões de produção, com a disseminação de sistemas *Just-in-time*; de outra banda, o avanço da concentração de mercados através do crescimento dos oligopólios na escala mundial, no que já fora denunciado em O Capital Financeiro de Hilffinding e também, posteriormente por John Keneth Galbraith em O Capital Industrial; a forte erosão da hegemonia e liderança americana, dada pelo movimento de unificação europeia, e pela pujante ascensão da indústria japonesa que conduziu ao que se convencionou chamar de policentrismo econômico - tripolar - em substituição à bipolaridade nuclear-militar frente a antiga União Soviética, hoje esfacelada; a persistência desses indicativos ocasionou uma mudança de cenário macro-econômico, os Estados Unidos de nação credora, passa a ocupar o lugar no mundo de maior nação devedora; o chamado dilema de Triffin, soluciona-se pela obliteração do sistema do lastro ouro urdido em Bretton Woods, por White e Keynes, e passa o dólar a ser a divisa internacionalizada. Os EUA, financiam o seu persistente duplo déficit, da balança comercial e das contas fiscais, desde o final dos anos 70, através do influxo de capitais externos e da emissão de moeda para suprir o meio circulante mundial exportando sua inflação nacional para o resto do mundo. A persistência dos déficits públicos (não apenas nos EUA), financiados através da emissão de títulos de alta liquidez e baixo risco, ofereceu o lastro para a alavancagem das transações nos mercados cambiais e permitiu o seu aprofundamento através de técnicas sofisticadas (i.e. derivativos: operações a termo, a futuro e *swaps*)(O Brasil e a Economia Global - Ed. Campus - fls. 220 usque 223 - Fragilidade do Brasil em face da Globalização - Luciano Coutinho)

Vários economistas de renome no mundo, em cima do cenário descrito acima, descrevem um fenômeno de hipertrofia artificial do sistema financeiro mundial, como se fosse uma mega-bolha, inflada pelas expectativas dos derivativos e todas as operações a termo e a futuro, que em detrimento da economia física, real, vampirizam-na, levando a um esgotamento que fatalmente levará a um acerto de contas final que será um mega-Crack. Estes fenômenos nas bolsas, da Indonésia, na Coréia, Filipinas, Japão, China Continental e Hong Konk, em realidade não começam lá, porque em realidade estão em todo o sistema financeiro global, assim como um vírus de software, está alojado holisticamente (ubiquamente) este verdadeiro carcinoma econômico: seja a especulação financeira. François Chesnais, em a Mundialização do Capital, afirma textualmente que "é na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social dessa riqueza. Um dos fenômenos mais marcantes dos últimos 15 anos tem sido a dinâmica específica da esfera

financeira e seu crescimento, em ritmos qualitativamente superiores aos dos índices de crescimento do investimento, ou do PIB (inclusive nos países da OCDE), ou do comércio exterior. Essa dinâmica específica das finanças alimenta-se de dois tipos diferentes de mecanismos. Os primeiros referem-se à inflação do valor dos ativos, ou seja, à formação de capital fictício. Os outros baseiam-se em transferências efetivas de riqueza para a esfera financeira, sendo o mecanismo mais importante o serviço da dívida pública e as políticas monetárias associadas a este. Trata-se de 20% do orçamento dos principais países e de vários pontos de seus PIBs, que são transferidos anualmente para a esfera financeira. Parte disso assume então a forma de rendimentos financeiros, dos quais vivem camadas sociais rentistas."(Opus citae - ed. Xama - fls. 15). Pois é exatamente este cancro financeiro instalado no sistema internacional que está sugando a capacidade do Estado Nacional Brasileiro atolado em déficits públicos impagáveis para a eternidade. Esta é a anatomia da escravidão a que estamos sujeitos, saqueados por um sistema financeiro, que volatiliza em três dias 64 bilhões de dólares da poupança dos investidores de ações, num universo de inversões de 300 bilhões (Informe Correio do Povo - 29.10.1997 - fls 15). É este mesmo efeito "chupa-cabra" que suga a bagatela de 500 bilhões de dólares em Nova York, consumindo na quinta-feira trágica o equivalente a 10 anos de PIB do Rio Grande do Sul (Caderno de Economia ZH 29.10.97 fls.2). O informe ZH de 21.11.97 fls.30, Economia, "diz que o Banco Central injetou R\$12,3 bilhões no caixa dos bancos para evitar uma quebra durante os dias mais difíceis da crise nas bolsas de valores. Em outubro, os bancos utilizaram R\$6,6 bi em empréstimos de assistência financeira de liquidez e o B C comprou mais R\$5,7 bilhões em títulos no mercado, ajudando as instituições a fecharem seus caixas. Os dados divulgados ontem pelo Banco Central, mostram ainda que no dia mais agudo da crise, 28 de outubro, o governo foi obrigado a vender US\$9,4 bilhões das reservas em moeda forte em sete leilões "para proteger o real da especulação"(grifei ironicamente). O informe ZH de 1.12.97, fls. 33, afirmava que os depósitos de empresários "brasileiros"(grifei) nas Ilhas Cayman, o maior paraíso fiscal do mundo, podem chegar a 40 bilhões de dólares.

Reforçando a posição de Chesnais, o economista americano Lyndon LaRouche vem renunciando a quebra do sistema financeiro internacional desde 1995, para ele o sistema de Bretton Woods está podre e deve ser prontamente substituído. LaRouche estima que no sistema financeiro internacional a bolha especulativa financeira orça em 45 trilhões de dólares (fls.13 do prefácio ao Relatório das Manufaturas de Hamilton). Chesnais estima um valor mais baixo e diz que a "pirâmide de créditos e débitos" deve montar alguma coisa como 10 trilhões de dólares (opus citae fls. 267). John Kenneth Galbraith, afirmou textualmente que "em praticamente nenhuma outra esfera do esforço humano a história vale tão pouco quanto no mundo das finanças", depois de haver previsto, já em 1987, a quebra das bolsas.

Malgrado toda esta visão da economia, que aos profissionais é impossível desconhecer, a partir de 1990, com a criação do Programa Nacional de Desestatização - PND, através da lei 8.031/90, prosseguiu-se na política kamikaze de destruição do Estado Nacional Brasileiro. Em 90 foram incluídas 68 empresas no programa, sendo desestatizadas 18 nos setores de siderurgia, fertilizantes e petroquímica, resultando numa arrecadação de US\$4 bilhões; em 1993/94 foi concluída a desestatização do setor siderúrgico com referência a 14 empresas, havendo uma arrecadação de US\$4,5 bilhões de dólares; no período de 1995/1996, foi criado o Conselho Nacional de Desestatização - CND, ampliando-se o PND, havendo inclusive concessões de serviços públicos à iniciativa privada; neste período houve a inclusão da Cia. Vale do Rio Doce - CVRD, com apoio as privatizações estaduais, sendo desestatizadas 19 empresas e arrecadados 5,1 bilhões (informe BNDES/Privatização - <http://www.bndes.gov.br/pndnew/history.htm>). No entanto é de informar, conforme notícia do Chefe do Departamento Econômico do Banco Central, Altamir Lopes (ZH de 27.05.97) que foram gastos 12 bilhões de dólares anuais para pagamento dos juros da dívida pública, sem contar com o principal, só o serviço. Que a dívida pública federal em 1995 que era de 208,4 bilhões ou seja 29,9% do PIB, passou em 1996 para 268,7 bilhões de dólares correspondendo a 34,4% do PIB e que, em março de 1997 tinha atingido o patamar de 278 bilhões de dólares. Constata-se por tudo que a ganância é um saco sem fundo e que não há retórica nem razão que sustente a doação pura e simples do patrimônio nacional.

Mais criminosa ainda é a problemática referente a avaliação do patrimônio nacional, que além de estar sendo repassada aos ativos especulativos que em realidade querem aterrisar em qualquer atividade física, para escaparem-se de serem volatilizados pelo grande crack, ou as crises cíclicas que são como pequenas correções frente a bolha especulativa. Na coletânea V, "O Caso da Vale", do Movimento Nativista, editado pelo núcleo de estudos estratégicos Mathias de Albuquerque, em apêndice à fls. 165, sob o título, "Vale, doada a preço de banana", o Doutor em Economia pela Universidade de Hamburgo, Adriano Benayon do Amaral, acusa que a Cia. Vale do Rio Doce, no mínimo, em razão dos seus ativos deveria ser vendida por US\$2 trilhões de dólares, sendo que atingiu, cerca de somente US\$3 bilhões, não chegando a 0,15% daquela quantia. Um quadro na mesma obra, a fls. 107 comprova que a quantia por quando foi vendida a CVRD equivale somente a 22,4 dias úteis da relação com os juros da dívida interna. O Estado do Rio Grande do Sul, da mesma forma, ofereceu as distribuidoras da CEEE, por R\$1,67 bi (ZH - 19.09.97), no entanto vendeu com "ágio" pois faturou R\$3,145 bi (quase a mesma coisa que a CVRD). O Metrô do Rio, foi oferecido por R\$28,560 milhões e no entanto foi adquirido com "ágio" de 921,21% por R\$291,66 milhões. O informe de ZH de 20.12.97 insinua em manchete que os valores oferecidos pelos consórcios que disputaram o leilão levantaram suspeitas de subavaliação do preço mínimo (fls.22). Joaquim Francisco de Carvalho, engenheiro do setor elétrico, tendo sido coordenador do setor industrial do Ministério do Planejamento nos governos Castello Branco, Costa e Silva e Médici, em artigo intitulado "Paradoxos da energia elétrica no Brasil", publicado na Folha de São Paulo de 7.10.1997 (*a disposição no site Ilumina <http://www.ilumina.org.br/JCarvalho2.htm>), afirma que o sistema elétrico brasileiro é um dos mais extensos e avançados do mundo e que fatura anualmente, bruto, a considerável soma de US\$23 bilhões, sendo que neste ano, o BNDES já repassou cerca de R\$4,8 bilhões aos novos proprietários das mais rentáveis recém privatizadas, nos setores elétricos e de telecomunicações, sendo que este dinheiro oriundo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), está indo para as mãos de gigantes internacionais, como a norte-americana Southern Electric ou a estatal francesa Électricité de France. Ora, por tudo que se viu, que até as crianças não passa despercebido, comprova-se mais uma vez que o Rei está nú. Esta é a anatomia do crime de lesa pátria e lesa povo, jamais perpetrado na história deste país. No futuro, os criminosos talvez não podendo se albergarem numa lei de obediência devida, talvez se esquivem através de uma tese de inexigibilidade de uma outra conduta, o que não os anistiará do julgamento da história, sendo condenados como Calabares e Judas financeiros da pátria. Quosque tandem Catilina, abutere patenia nostra. Sérgio Borja, 48 anos

- Professor de Direito Constitucional na PUC/RS
- Professor de Instituições de Direito Privado e

- Comercial da Faculdade de Direito da UFRGS
- res: tel/fax: 2 23 26 10
- prof.: tel; 316. 35 55 fax: 225 45 89 e-mail: borja@pro.via-rs.com.br

Publicado no Jornal RS em 1998.